DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
SÃO JOÃO DO TRIUNFO – PR.

De acordo com a Lei Municipal nº 1436/2013

São João do Triunfo - PR, 10 de dezembro de 2013. Ano I Edição nº 147 Pág. 1

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO.

Diário Oficial Eletrônico do Município de São João do Triunfo.
Lei Municipal nº 1.436/2013, de 27 de Março de 2013.
Marcelo Hauagge Distefano
Prefeito Municipal
Secretaria
Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital.
Rua Tenente Coronel Carlos Souza, 312.
CEP: 84150-000
Fone: (042) 3447-1222
São João do Triunfo - PR
Email: secretaria@sjtriunfo.pr.gov.br
Site: www.sjtriunfo.pr.gov.br

DECRETO Nº 6664/2013.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE PADRÃO MUNICIPAL – UPM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO – ESTADO DO PARANA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Nº 950, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.

DECRETA:

Art. 1. O valor da **UNIDADE PADRÃO MUNICIPAL – UPM,** fica fixado em R$: 94,90 (Noventa e quatro reais e noventa centavos) a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 2. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São João do Triunfo, 09 de dezembro de 2013.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
SÃO JOÃO DO TRIUNFO – PR.

De acordo com a Lei Municipal nº 1436/2013

São João do Triunfo - PR, 10 de dezembro de 2013. Ano I Edição nº 147 Pág. 2

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO.

MARCELO HAUAGGE DISTEFANO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1485/2013

A Câmara Municipal de São João do Triunfo, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

SUMULA: Dispõe sobre a alteração no grupo ocupacional para o cargo de operador de máquinas, na Lei nº 1.228, de 10 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dá providências.

O Prefeito Municipal de São João do Triunfo, apresenta para deliberação da Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica alterado o grupo ocupacional no Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, constante na Tabela I e II, Lei nº 1.228 de 10 de novembro de 2009, o seguinte cargo:

Operador de Máquinas	40 horas	Permanente	Ensino Fundamental

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Triunfo, em 10 de dezembro de 2013.

MARCELO HAUAGGE DISTEFANO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1486/2013

A Câmara Municipal de São João do Triunfo, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
SÃO JOÃO DO TRIUNFO – PR.

De acordo com a Lei Municipal nº 1436/2013

São João do Triunfo - PR, 10 de dezembro de 2013. Ano I Edição nº 147 Pág. 3

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO.

Súmula: Dá o nome de Rua Santiago de Souza Padilha à rua sem denominação no Bairro São José.

Art. 1º- A Rua que se inicia em frente a residência dos herdeiros de Santiago de Souza Padilha, para quem desce sentido Bairro São José pela Rua Deputado João Ferreira Neves, e termina na residência da Sra. Jocimara Padilha Souza, atualmente conhecida como rua sem denominação, passa a se chamar RUA SANTIAGO DE SOUZA PADILHA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Triunfo, em 10 de dezembro de 2013.

MARCELO HAUAGGE DISTEFANO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1487/2013

A Câmara Municipal de São João do Triunfo, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

SUMULA: Dispõe sobre a extinção de cargo e demais alterações na Lei nº 1.228, de 10 de novembro de 2009 e Lei nº 1452 de 18 de junho de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dá providências.

O Prefeito Municipal de São João do Triunfo, apresenta para deliberação da Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica extinto no Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, constante na Tabela I, Lei nº 1.228 de 10 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 1452 de 18 de junho de 2013, o seguinte cargo:

Topógrafo	40 horas	01	Médio /Técnico

Art. 2º. Fica extinto na Tabela I, Tabela II e Tabela III, da Lei nº 1.228 de 10 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 1452 de 18 de junho de 2013, a carga horária, número de vagas, o vencimento inicial, evolução salarial e a descrição das atribuições para o cargo de Topógrafo, na forma dos Anexos das respectivas Leis.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
SÃO JOÃO DO TRIUNFO – PR.

De acordo com a Lei Municipal nº 1436/2013

São João do Triunfo - PR, 10 de dezembro de 2013. Ano I Edição nº 147 Pág. 4

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Triunfo, em 10 de dezembro de 2013.

MARCELO HAUAGGE DISTEFANO
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2013

Item	Qtde Registrada	Objeto: Gasolina comum e Óleo Diesel para a frota de veículos do Municipio	Unidade de Compra	marca	Preço Registrado (R$)	Preço Renegociado (R$)/Data	Validade do Registro	Nº do Processo	Fornecedor
01	55.000	Gasolina Comum	Lt	CIAPETRO	2,56	Em negociação	21/06/2014	PP 24/2013	CIAPETRO – Distribuidora de Combustíveis Ltda CNPJ Nº 01.466.091/0004-60
02	285.000	Óleo Diesel	Lt	CIAPETRO	1,985	Em negociação	21/06/2014	PP 24/2013	CIAPETRO – Distribuidora de Combustíveis Ltda CNPJ Nº 01.466.091/0004-60

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

SÃO JOÃO DO TRIUNFO – PR.

De acordo com a Lei Municipal nº 1436/2013

São João do Triunfo - PR, 10 de dezembro de 2013. Ano I Edição nº 147 Pág. 5

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO.

A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Próvisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificados credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.